LICITAÇÕES
Senado deve votar logo projeto modernizador

ANIVERSÁRIO
Aos 78, CNI é a voz da indústria em Brasília

DÓLAR
Valorização da moeda volta a prejudicar setor

Indústria BRASILEIRA

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 6 | Setembro 2016

O BRASIL DE TEMER

O QUE ESPERAR DO GOVERNO E DA ECONOMIA NOS PRÓXIMOS MESES

CNI SESI SENAI IEL

CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

INDÚSTRIA.
ESSENCIAL
PARA O PAÍS

REFORMAR
A PREVIDÊNCIA
SOCIAL.
ESSENCIAL
PARA A
INDÚSTRIA.

Adequar a previdência social para garantir a sustentabilidade dos benefícios no futuro é um caminho defendido pela Confederação Nacional da Indústria para a retomada do crescimento. Essas iniciativas são essenciais para tornar a indústria mais forte e produtiva, gerar mais empregos, movimentar a economia e fazer o Brasil inteiro ganhar.

ACESSE **CNI.ORG.BR**, CONHEÇA A AGENDA PARA O BRASIL SAIR DA CRISE E TODAS AS INICIATIVAS DA INDÚSTRIA.

/cnibrasil /CNI_br /cniweb /cnibr

CNI
Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CARTA AO LEITOR

No dia 31 de agosto, o Senado Federal decidiu, por maioria, impedir a presidente Dilma Rousseff de concluir seu mandato. Naquela mesma quarta-feira, o interino Michel Temer assumiu a Presidência da República com plenos poderes para conduzir o governo federal até 2018. O que esperar dos dois anos e três meses que estão por vir?

Essa é a pergunta que guiou a reportagem de capa da revista *Indústria Brasileira* em setembro. O resultado é um amplo diagnóstico da importância do impeachment para reduzir incertezas no campo político e da dura agenda de reformas que precisa ser enfrentada para retirar a economia brasileira de sua crise mais grave. O anúncio, no último dia 13 de setembro, de um cronograma de concessões e licitações na área de infraestrutura também pode estimular a retomada, ainda que não imediatamente. Um sinal a mais para a recuperação da confiança dos empresários, como relatado nesta edição.

A médio prazo, outra inovação que pode incentivar a atividade econômica e dar mais segurança às empresas é o Projeto de Lei do Senado nº 559/13, que deve substituir a Lei de Licitações, de 1993, por regras mais modernas e eficientes. Segundo o relator da proposta, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), todas as partes diretamente envolvidas em contratos de obras e serviços no setor público têm sido ouvidas, para assegurar que o novo marco legal atenda à necessidade da Administração, das empresas prestadoras de serviço e das autoridades de fiscalização e controle.

Esta edição também traz reportagens sobre algumas decisões arbitrárias de fiscais do trabalho na interdição de empresas, um alerta sobre a desvalorização do real frente ao dólar e seu impacto negativo na indústria nacional, uma entrevista com Roberto Jaguaribe – novo presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) –, e a notícia sobre um projeto piloto que pretende implantar no Brasil a experiência do modelo dual alemão, com formação técnica em escolas e na fábrica.

Boa leitura!

Revista INDÚSTRIA BRASILEIRA
Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES
Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES
Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação
CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor
Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO
FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial
Wladimir Gramacho

Jornalista responsável
Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem
Ayr Aliski
Beatriz Borges
Mariana Mainenti
Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração
Armando Salmito | FSB Design

Foto de capa
Marcelo Camargo | Agência Brasil

Revisão de texto
Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472
Fax: (61) 3317-9456
email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE

NOVAS BASES PARA O FUTURO 6

SUMÁRIO

INDÚSTRIA EM AÇÃO

ANIVERSÁRIO 8
CNI faz 78 anos com grandes conquistas

PRÉ-SAL 10
Mudança na legislação deve acabar com operador único

AGENDA INSTITUCIONAL 12
Presidente da CNI encontra-se com ministros e Moreira Franco

AGENDA LEGISLATIVA

FISCAIS DO TRABALHO 14
Regras justas para impedir novas interdições arbitrárias

LEI DE LICITAÇÕES 16
Projeto do Senado deve tornar regras mais modernas e eficientes

BEZERRA COELHO 20
Senador relata processo de consulta sobre lei de licitações

LUIZ CARLOS BUSATO 22
Para o deputado, a tecnologia avançou, mas a legislação não

COMPETITIVIDADE

DÓLAR 24
Moeda americana já perdeu 22% de seu valor em 2016 e prejudica indústria

CONSTRUÇÃO CIVIL 26
CNI mapeia os cinco obstáculos para a retomada dos negócios

TERMÔMETRO ECONÔMICO

ICEI 30
Indicador mostra recuperação da confiança entre empresários industriais

CAPA

MATÉRIA DE CAPA 34
Consultores e analistas descrevem cenário pós-impeachment

GIRO BRASIL

Paraíba investe em parques eólicos 38

GIRO GLOBAL

CNI e Keidanren promovem evento em Tóquio no mês de outubro 40

PERGUNTAS PARA...

Roberto Jaguaribe, presidente da Apex, fala sobre suas prioridades 42

SESI / SENAI / IEL

MODELO DUAL 44
Sistema alemão servirá de referência para projeto piloto no Brasil

WORLDSKILLS 2017 46
Definida equipe que será treinada para etapa mundial

NOVAS BASES PARA O FUTURO

O desfecho do processo de impeachment, em 31 de agosto, pôs fim a um longo período de apreensão sobre os rumos do país. Virada a página da crise política, o novo governo assume o leme com grandes expectativas sobre os ombros. Empresários e trabalhadores, igualmente, esperam medidas concretas capazes de estancar a recessão e reinjetar ânimo na economia. Há uma tímida recuperação do otimismo, mas o resgate da confiança depende de uma solução definitiva para os velhos problemas crônicos do Brasil.

As primeiras medidas anunciadas pelo novo governo estão na direção correta e são animadoras. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impõe um teto à expansão dos gastos públicos é importante movimento para o inadiável saneamento das contas públicas. O permanente controle das despesas ajudará a neutralizar o principal foco de pressão sobre a inflação e a taxa de juros. De quebra, contribuirá para afastar, para alívio de todos, o ímpeto de governos por elevar tributos para cobrir rombos de um Estado inchado.

O equilíbrio do orçamento público é apenas o primeiro – e impreterível – passo para se resgatarem os fundamentos de uma economia equilibrada. Em sua mensagem ao país, logo após ser empossado, o presidente Michel Temer deu um bem-vindo recado ao afirmar que um governo "é como família, se estiver endividado, precisa reduzir despesas para pagar suas dívidas". Diante da previsão de novo encolhimento da economia, da ordem de 3%, apertar o cinto é medida de absoluto bom senso.

A votação dessa PEC será um primeiro teste à capacidade da articulação do governo. Esperamos um embate acirrado no Congresso Nacional durante a discussão da proposta, o que é natural

no processo democrático. Mas a indústria brasileira confia que o Legislativo está sensível e atento à saúde das contas públicas e que o equilíbrio fiscal representará, em médio prazo, um esperado alívio no bolso do cidadão, que há anos vê seu poder de compra corroído pela inflação.

Há, no entanto, outros obstáculos para o crescimento da economia que precisam ser vencidos. A reforma da Previdência Social deve ser enfrentada sob a premissa de que, sem a atualização das regras e a extinção de privilégios, não haverá recursos para aposentadorias e benefícios dos trabalhadores que mal começaram a contribuir para assegurar seu sustento após encerrarem sua atividade produtiva.

A modernização das relações do trabalho tem como objetivo trazer a legislação para o século 21, sem retroceder nas conquistas sociais do trabalhador brasileiro. O prestígio à negociação coletiva, feita sempre à luz da Constituição, dará novo status ao diálogo entre empresa e trabalhador, contribuindo para fortalecer a atuação dos sindicatos. Modernizar as relações de trabalho é respeitar a voz daqueles diretamente envolvidos no processo produtivo, para que encontrem soluções de consenso e mutuamente benéficas.

A indústria reconhece que avançar em reformas tão complexas não é tarefa fácil. A necessidade de realizá-las é velha conhecida de todos e não decorre da atual crise que enfrentamos, unidos, como país. Ela resulta de equívocos cometidos ao longo da história, mas que temos oportunidade única de corrigi-los e, assim, legar às próximas gerações, um futuro mais próspero.

Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade

CNI: A VOZ DA INDÚSTRIA

HÁ 78 ANOS, ENTIDADE TEM ATUADO COMO PRINCIPAL PORTA-VOZ E DEFENSORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BRASILEIRO

Foto: Sérgio Lima

Sede da CNI em Brasília tem sido palco de importantes eventos como os encontros da Mobilização Empresarial pela Inovação

Em 25 de maio de 1995, os visitantes que chegavam ao Edifício Roberto Simonsen, sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, se deparavam com um labirinto. Para entrar no prédio, era preciso percorrer seu caminho tortuoso e superar obstáculos, alegoria da dificuldade de ser empresário no Brasil. Lá dentro, realizava-se o *Seminário Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional*, um dos grandes marcos dos 78 anos da CNI, celebrados em 12 de agosto.

"Foi a primeira vez que se deu precisão ao conceito do Custo Brasil", explica José Augusto Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da CNI. Criada para estreitar o diálogo com o Legislativo e ajudar na formulação de políticas públicas que melhorassem o ambiente de negócios do Brasil, a cartilha acabou por popularizar um termo hoje corriqueiro e presente cada vez que o cidadão esbarra nas ineficiências do Estado. "A TAM gostou tanto que passou a distribuir a cartilha em seus voos", relembra.

Esse foi apenas um dos marcos na história de quase oito décadas da CNI. Leia a seguir dez contribuições fundamentais na defesa dos interesses da indústria e do Brasil.

DEZ MARCOS NA HISTÓRIA DA ENTIDADE

1. SISTEMA INDÚSTRIA
Com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), de 1942, o Serviço Social da Indústria (SESI), de 1946, e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), de 1969, o Sistema Indústria articula sua atuação em qualificação, bem-estar e qualidade de vida e inovação, fatores essenciais à competitividade da indústria.

2. GRUPO DE AVALIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA
No fim dos anos 1980, a CNI reuniu um grupo de empresários industriais para construir um diagnóstico da economia brasileira. O resultado foi o primeiro estudo sistemático dos temas centrais da competitividade.

3. CARTILHA CUSTO BRASIL
Em 1995, o seminário *Custo Brasil* colocou, pela primeira vez, entidades da indústria e parlamentares para discutir a construção de políticas para remover os entraves sistêmicos.

4. COALIZÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA (CEB)
Durante as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na década de 1990, a indústria sentiu a necessidade de organizar sua atuação na área internacional.

5. AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA
Criada em 1996, a *Agenda Legislativa da Indústria* ganhou corpo com a participação das federações e associações setoriais da indústria, consolidando-se como principal instrumento de diálogo do setor com o Congresso Nacional.

6. MARCHA DOS EMPRESÁRIOS
Em 22 de maio de 1996, a CNI reuniu cerca de 3 mil empresários, em Brasília, para pedir reformas estruturais, redução da burocracia e medidas que reduzissem o Custo Brasil.

7. REDE CIN – CENTROS INTERNACIONAIS DE NEGÓCIOS
Desde 1998, a Rede CIN trabalha pela internacionalização das empresas brasileiras. Coordenada pela CNI, atua na promoção de negócios, em inteligência comercial e na capacitação das empresas.

8. DEBATE DOS PRESIDENCIÁVEIS
Desde 2002, a CNI reúne candidatos à Presidência da República para que apresentem suas propostas para o país e as discutam com empresários.

9. DADOS E ESTATÍSTICAS
Em 1992, a CNI lançou a pesquisa *Indicadores Industriais*. Este foi o primeiro levantamento a mensurar números como faturamento, utilização de capacidade e emprego, traçando um panorama nacional do desempenho da indústria brasileira.

10. MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO (MEI)
Com o desafio de fazer da inovação uma estratégia perene das empresas brasileiras, a CNI criou, em 2008, um movimento para avançar na agenda de desenvolvimento científico e tecnológico e aprimorar políticas de inovação.

PEQUENO AJUSTE, GRANDE AVANÇO

PROJETO QUE DESOBRIGA PETROBRAS DE SER SÓCIA NA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL DEVE SER VOTADO, ATÉ OUTUBRO, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REATIVANDO UM SETOR CAPAZ DE REAQUECER A ECONOMIA BRASILEIRA

O crescimento da economia brasileira anda de mãos dadas com o da Petrobras. O sucesso da empresa, assim, acaba tendo impacto significativo em outros setores produtivos. Para começar a destravar a atividade na área de óleo e gás, paralisada pela crise na Petrobras e por erros na elaboração do modelo atual de exploração, basta um pequeno ajuste. É preciso aliviar a estatal das obrigações impostas pela regra que faz dela sócia de todos os projetos do pré-sal, um fardo que se provou insustentável para a empresa e prejudicial a toda a economia brasileira.

A cláusula do operador único, como é conhecida a regra, foi estabelecida pelo marco regulatório do pré-sal, aprovado em 2010. Agora, a Câmara dos Deputados está prestes a votar um projeto que flexibiliza a norma, o PL nº 4.567/16, dando à Petrobras o poder de escolha sobre participar ou não dos consórcios que arrematarem blocos de exploração dentro do regime de partilha. Na prática, trata-se de uma votação capaz de reativar um setor que já respondeu por 52% do investimento industrial brasileiro.

No último dia 9 de agosto, o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijaodi, participou de audiência pública na Câmara em defesa da aprovação da proposta, considerada uma das prioritárias pela indústria para acelerar o fim da crise. "Nenhuma rodada relevante do pré-sal será

Estudos sustentam que, a cada R$ 1 bilhão investido no setor, mais de 25 mil empregos são criados

realizada enquanto a empresa não recuperar suas finanças. Os impactos da retração do setor são elevadíssimos em termos de emprego, produção industrial e arrecadação", alertou Abijaodi.

A remoção desse obstáculo prático a novos leilões de petróleo é essencial para toda a economia brasileira. Estudo recente da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda calculou que a queda dos investimentos da Petrobras "pode ter explicado uma contração temporária da economia superior a 2 pontos percentuais do PIB ao longo de 2014".

No mercado de trabalho, por exemplo, os efeitos foram severos. A Associação Brasileira das Empresas de Serviço de Petróleo (ABESPetro) estima que 510 mil empregos foram eliminados, desde 2012, apenas entre fornecedores e prestadores de serviço. Por outro lado, a entidade calcula que, com a retomada dos leilões no setor, a cada R$ 1 bilhão investido, 25,6 mil empregos serão criados.

Esses e outros números têm sido apresentados aos deputados e representantes do Executivo para mostrar como um ajuste simples nas regras do pré-sal pode reanimar o setor e o restante da economia. Com esses argumentos, a indústria espera que o projeto seja aprovado até outubro, abrindo espaço para que as grandes empresas formem consórcios sem a participação obrigatória da Petrobras. Caso a Câmara aprove o texto como está, o projeto segue direto à sanção presidencial.

A AGENDA MINISTERIAL DE ROBSON ANDRADE EM AGOSTO

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, reuniu-se, em agosto, com os ministros do Meio Ambiente, Sarney Filho, e de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, além de ter se encontrado com Moreira Franco, um dos auxiliares diretos de Michel Temer na Presidência da República. Entre os assuntos tratados com o ministro do Meio Ambiente estava o licenciamento ambiental e com o de Minas e Energia, a situação do setor elétrico e as principais perspectivas de atualização regulatória. Já com Moreira Franco, o assunto tratado foi o financiamento e a regulação no setor de infraestrutura.

Foto: Volodymyr Krasyuk / Shutterstock.com

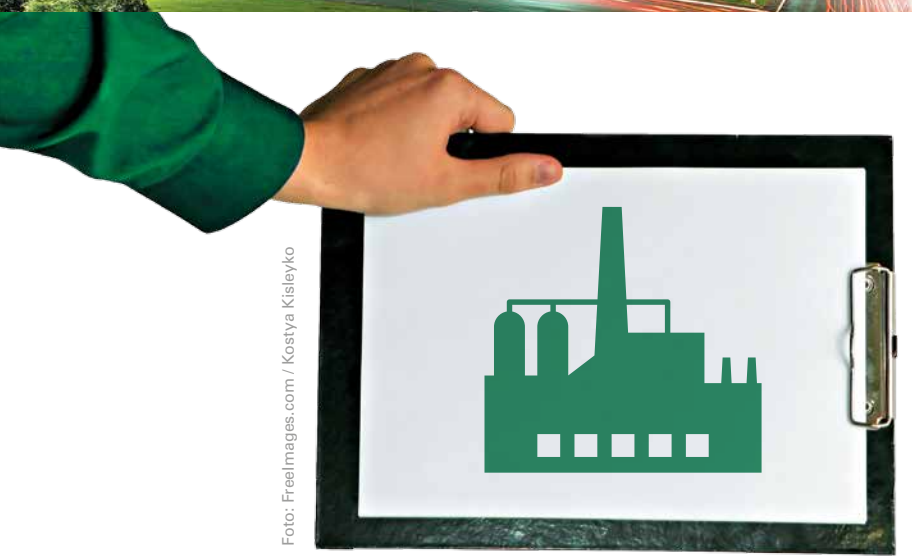


Foto: FreeImages.com / Kostya Kisleyko

PESQUISA CNI SUSTENTABILIDADE É DIVULGADA NO RIO

Estudo da CNI mostra que pouco mais de 74% das indústrias brasileiras têm nível de atenção mediano, alto ou muito alto à questão do uso sustentável da biodiversidade. Esse é um dos principais resultados da *Pesquisa CNI Sustentabilidade* divulgada, em setembro, no Rio de Janeiro. Foram entrevistados 120 dirigentes fabris de várias regiões do país num levantamento importante para o mapeamento da evolução nas atitudes da indústria sobre esse tema. Os resultados completos estarão na próxima edição da revista *Indústria Brasileira*.

NOVO CURSO DE GESTÃO DE PROJETOS

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) lançaram um curso a distância de Gestão de Projetos, com foco em finanças e inovação. A ideia é ensinar novas estratégias e soluções no gerenciamento de projetos e apresentar as ferramentas e melhores práticas para soluções reais de problemas. São 80 horas/aula online e a inscrição é feita no site do programa de Capacitação Empresarial.

Foto: José Paulo Lacerda

OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO ESTÁ NA WEB

A Olimpíada do Conhecimento tem agora um novo site. Com acesso mais direto e rápido, a página da OC na Internet traz todas as informações sobre a maior competição nacional de educação profissional. Os participantes já podem obter informações atualizadas sobre a 9ª edição, que acontecerá, neste ano, de 10 a 13 de novembro, em Brasília. Serão 500 jovens de até 24 anos competindo em sete áreas tecnológicas.

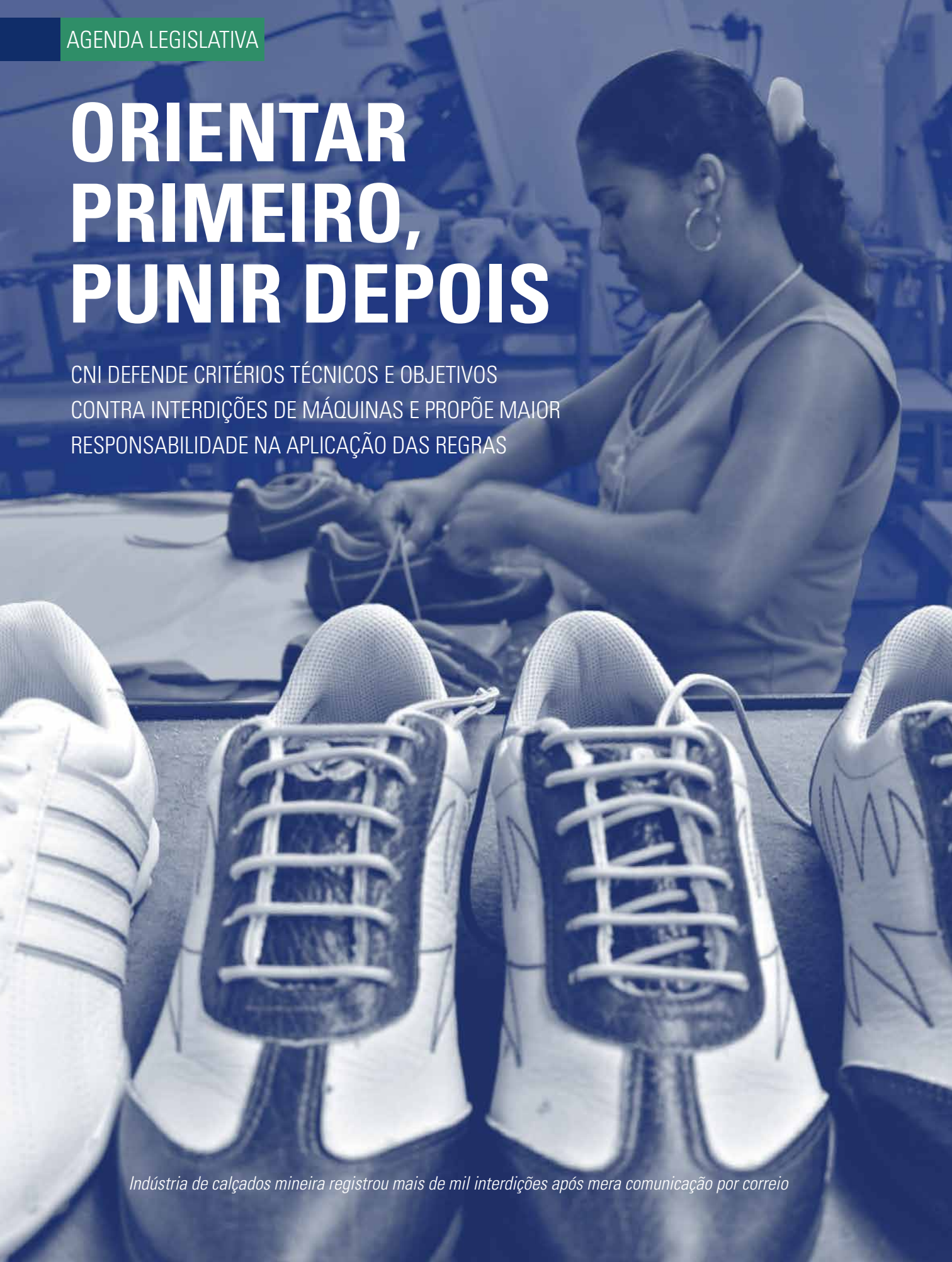
FÓRUM DE CARREIRAS

O IEL do Paraná realizou, no dia 23 de agosto, o Fórum de Carreiras. Cerca de mil jovens estiveram presentes para obter informações sobre o mercado de trabalho e as carreiras profissionais. O evento contou com oficinas, sessões de *coaching* e palestras, tendo o músico Gabriel, o Pensador sido moderador de uma delas. Entre os expositores estavam o jornalista Caco Barcellos (foto), Du Migliano, um dos fundadores da *startup* 99 Jobs, e Gil Giardelli, especialista em cultura digital e inovação. As oficinas tiveram foco em desenvolvimento da carreira, empreendedorismo, criatividade e inovação. O fórum teve outras duas edições em setembro, em Goiânia e Vitória, e tem mais duas programadas para outubro e novembro, nas cidades de Salvador e Natal, respectivamente.

Foto: Gaitieri de Oliveira

ORIENTAR PRIMEIRO, PUNIR DEPOIS

CNI DEFENDE CRITÉRIOS TÉCNICOS E OBJETIVOS CONTRA INTERDIÇÕES DE MÁQUINAS E PROPÕE MAIOR RESPONSABILIDADE NA APLICAÇÃO DAS REGRAS



Indústria de calçados mineira registrou mais de mil interdições após mera comunicação por correio

Nada menos que 1.399 estabelecimentos industriais interditados em poucas horas. Foi esse o balanço de uma fiscalização do trabalho promovida no Polo Calçadista da Região de Nova Serrana (MG), em 2013. A ação em massa começou com uma simples e despretensiosa notificação pelo correio. Contudo, em pouco tempo, auditores fiscais desembarcaram na cidade mineira para interditar equipamentos utilizados para corte e prensa e máquinas injetoras e rotativas nas pequenas e médias empresas locais. A cidade viu-se, repentinamente, sem a sua principal fonte de renda. As localidades vizinhas, como as panificadoras de Divinópolis, logo enfrentariam outros arrastões fiscais.

Para evitar novos episódios como esses, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) levou ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) uma proposta de revisão da competência dos fiscais para interditarem máquinas e equipamentos. "A paralisação de uma linha de produção pode trazer enormes prejuízos. A atuação dos fiscais precisa ser de orientação ao empresário e não punitiva", afirma o presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan.

Segundo o dirigente, a dupla visita física é fundamental para que haja, antes de punir, oportunidade de orientar os empregadores quanto às normas. Após 20 ou 30 dias desta primeira visita, os fiscais poderiam fazer a interdição, desde que comprovado o risco para a segurança. Ainda assim, a CNI defende que é necessário, também, o aval do superintendente regional do trabalho. Pela proposta da CNI, os fiscais precisariam ter especialização técnica, em áreas como engenharia de produção, que lhes permitisse fazer a avaliação correta das condições de segurança das máquinas *in loco*.

"Em Nova Serrana, os fiscais sequer conheciam os equipamentos que estavam interditando. Cerca de 90% dos acidentes considerados de trabalho na nossa região não ocorrem no local de produção. São, na verdade, acidentes que os trabalhadores sofrem no deslocamento entre suas residências e as fábricas", lembra o presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana (Sindinova), Pedro Gomes da Silva. "Hoje, estamos fazendo um trabalho gradual de atualização das máquinas, com o acompanhamento do Ministério Público do Trabalho, mas os prejuízos foram tão grandes que muitos empresários deixaram o setor calçadista", lamenta.

A CNI defende que novas normas não se apliquem a máquinas usadas. "A partir de 2012, começou-se a exigir que os novos veículos fabricados tivessem *airbag*, mas os antigos não foram retirados de circulação. O mesmo deve acontecer nas indústrias", compara Furlan.

Foto: Miguel Ângelo / CNI

Alexandre Furlan (CNI) sugere que a atuação inicial dos fiscais seja de orientação ao empresário e não punitiva

Foto: Divulgação / Programa de Aceleração do Crescimento

Ferrovia Norte-Sul é um dos símbolos nacionais de ineficiência na realização de obras de grande porte, que pode ser aprimorada pelo projeto no Senado

LEI DE LICITAÇÕES DEVE MUDAR

PROJETO EM TRAMITAÇÃO NO SENADO PODE APRIMORAR AS REGRAS DE CONTRATAÇÃO NO SETOR PÚBLICO, TRAZENDO JUSTIÇA ECONÔMICA E EFICIÊNCIA NOS GASTOS COM OBRAS

Atrasos nas entregas de obras públicas, inúmeros aditivos contratuais, críticas dos tribunais de contas sobre a execução dos projetos e questionamentos da população sobre a falta de transparência nas compras públicas. Esses são alguns dos problemas ocasionados pela defasagem da Lei de Licitações, criada há mais de 20 anos, em 1993. O setor privado defende a modernização das regras e o aprimoramento já está na pauta do Congresso Nacional. A tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559/13, com foco na normatização única para as modalidades de licitação e contratos da Administração Pública, tem ganhado novo impulso, neste momento, porque pode ajudar o Executivo a qualificar os gastos e, assim, estimular a retomada do crescimento econômico do país.

A proposta de texto para a nova Lei de Licitações (em atualização à lei vigente, nº 8.666/93), veda a licitação de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo e prevê a priorização da proposta técnica. Pelo potencial positivo de estimular a economia, o texto conta com a posição convergente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com algumas ressalvas, e tem apoio de entidades como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

José Eugênio Gizzi, membro do Conselho de Infraestrutura da CNI, destaca que, entre os pontos a serem aprimorados, é preciso estabelecer um mecanismo que evite a possibilidade

de serem aceitos preços inexequíveis (tão baixos que, evidentemente, não cobririam os custos do projeto), o que faz com que algumas obras nunca sejam concluídas. "O menor preço nem sempre é o melhor preço", diz o executivo. Segundo Gizzi, a mais recente versão do texto do PLS nº 559/13 traz mecanismos que evitam tais situações.

Outro ponto da legislação atual a ser melhorado, e que está contemplado no texto em tramitação no Senado, envolve o equilíbrio entre deveres do contratante (o setor público) e do contratado (as empresas). A regra atual prevê a possibilidade de atrasos de até 90 dias nos pagamentos devidos pelo setor público, enquanto a nova reduz o prazo para 45 dias. Gizzi destaca que é importante, também, haver clara previsão do tempo necessário para obtenção das licenças ambientais no momento de elaboração dos editais.

O presidente da CBIC, José Carlos Martins, aponta que o mais importante no novo texto é a oportunidade de revisão das determinações da legislação em vigor e das regras que a regulamentam. "Tudo deve ser consolidado", diz. Assim como Gizzi, Martins ressalta preocupações com pontos da proposta, especialmente com o mecanismo de contratação integrada para obras de grande vulto. A contratação integrada une, em um só agente executor, o projeto básico da obra e o projeto executivo, isto é, vai desde o planejamento até a execução da obra, dando um cheque em branco para o licitado e trazendo imprevisibilidade ao projeto.

Para Michele Lyra, associada do escritório Veirano Advogados e especialista em licitações, o ponto mais polêmico do PLS 559/13 é, justamente, o mecanismo de contratação integrada para obras de grande vulto. Ela lembra que esse sistema é combatido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por criar possibilidades muito flexíveis e subjetivas nas licitações. Ou seja, permitiria que fossem repetidos erros do passado, pela falta de transparência nas contratações.

O presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Murilo Pinheiro, concorda que as regras que tratam das licitações precisam ser aprimoradas, mas manifesta preocupação com o conteúdo do PLS nº 559/13. Ele afirma que é preciso garantir igualdade de concorrência entre os agentes, eliminando, por exemplo, propostas com preços inexequíveis. Além disso, critica a possibilidade de contratação de obras de engenharia sem projeto, em referência ao mecanismo de contratação integrada. Para Pinheiro, tal possibilidade cria portas para "possibilidade lesivas ao setor público".

Também polêmico é o dispositivo da nova proposta que fala sobre o valor do seguro-garantia a ser contratado em cada obra. Gizzi, da CNI, e Martins, da CBIC, manifestam preocupação com o percentual a ser exigido de seguro-garantia. O relatório do senador Fernando Bezerra – que está com a matéria na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado, dentro da "Agenda Brasil" – cita "percentual mínimo de 30% para obras de grande vulto". Índices altos de seguro-garantia, porém, podem afastar empresas interessadas nas licitações, porque tornam mais caros os projetos ou até os inviabilizam economicamente. O ideal é que o percentual seja definido de acordo com o porte de cada obra.

Foto: Elza Fiuza/Agência Brasil

José Carlos Martins (CBIC) apoia consolidação das regras na nova lei

Foto: marmore / Shutterstock.com

O QUE MUDA COM A PROPOSTA DO SENADO

Atualização periódica dos valores contidos na lei. Isso vai impedir que limites, como os de dispensa de licitação, fiquem defasados ao longo do tempo

Autorização para que o poder público exija das empresas ganhadoras da licitação a contratação de seguro como garantia para a execução do contrato

Inclusão da modalidade de licitação chamada "regime de contratação integrada", em casos em que a obra custe R$ 100 milhões ou mais e em situações excepcionais, para obras de grande vulto

Instituição da "Matriz de Risco", documento que estabelecerá a responsabilidade das partes (poder público e contratado), facilitando a cobrança de quem deixou de cumprir suas obrigações

Fonte: Relatório do senador Fernando Bezerra Coelho

SENADO OUVIU CONTRIBUIÇÕES DE VÁRIOS SETORES

RELATOR DO PROJETO QUE DEVE SUBSTITUIR A LEI DE LICITAÇÕES, O SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, DO PSB DE PERNAMBUCO, CONTA COMO FOI FEITA A CONSULTA A PARTES INTERESSADAS NAS REGRAS DE LICITAÇÕES

A principal iniciativa que trata do aprimoramento das regras para licitações do setor público está nas mãos do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Ele é relator do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559/2013 na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional da Casa. Esse novo texto propõe a modernização da Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 8.666/1993. Nesta entrevista, Fernando Bezerra explica que a atualização das regras permitirá a racionalização das licitações no país, levando ao aquecimento dos investimentos em infraestrutura e à retomada do crescimento econômico.

Por que a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993) precisa ser atualizada?

A necessidade de atualização e aprimoramento da legislação sobre licitações e contratos na administração pública é demanda do setor privado e do governo. Este processo vem sendo amadurecido, no Senado, desde 2013, quando foi instalada a Comissão Especial Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos. Em 2015, assumi a relatoria do PLS. Desde então, recebi contribuições de especialistas de diferentes órgãos e instituições, como o Tribunal de Contas da União (TCU), o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

E qual foi o diagnóstico extraído dessas sugestões?

É unânime a avaliação de que a atual legislação precisa ser modernizada para melhorar o planejamento e a execução das contratações na administração pública. Faz-se necessário criar, no Brasil, uma cultura que privilegie a chamada "engenharia de projetos". As obras e os serviços contratados precisam ter projetos consistentes e garantias por parte do concessionário. Resumidamente, o que defendemos é a racionalização das licitações no país para o aquecimento dos investimentos em infraestrutura e a retomada do crescimento econômico. Pretendemos também dar maior segurança ao agente público, ao introduzirmos mecanismos que irão evitar termos aditivos, gastos adicionais, serviços não entregues à população e as famosas obras inacabadas.

O senhor é relator do PLS nº 559/2013 na Comissão de Desenvolvimento Nacional e afirmou que o resultado final não é uma simples consolidação das leis que já existem sobre licitação, pregão e regime diferenciado de contratações (RDC). Quais os principais avanços?

O atual substitutivo ao PLS traz grandes avanços à atual legislação. Destaca-se a instituição de modalidades de licitação adotadas, há décadas, por países

Foto: Antônio Cruz / ABr

Senador lembra que esse é um dos projetos prioritários da Agenda Brasil e acredita que logo será votado

desenvolvidos – como a contratação integrada e o diálogo competitivo. A modalidade de contratação integrada será permitida para empreendimentos de grande vulto (acima de R$ 100 milhões), mas os riscos do projeto e das obras serão transferidos para o concessionário. O substitutivo também prevê a licitação eletrônica para obras de pequenos porte e preço (até R$ 150 mil) e o chamado diálogo competitivo para processos licitatórios que envolvam alta complexidade tecnológica. São mecanismos adotados, há anos, pelos Estados Unidos e pela União Europeia, por exemplo.

A proposta de novas regras afetará, da mesma forma, contratações de bens e serviços e de obras e serviços de engenharia?

Sim. Defendo uma cultura de engenharia de projetos tanto para obras como para serviços licitados e contratados pela administração pública. No processo de amadurecimento do substitutivo ao PLS recebi, entre outras sugestões, uma contribuição do TCU que deverá ser incorporada ao relatório final, que é a substituição de projetos básicos por projetos completos de engenharia e dos projetos executivos por detalhamento do projeto. Na avaliação do TCU – com a qual eu concordo – esta seria uma maneira de ampliar a qualidade técnica dos processos licitatórios, o que também é defendido pelo Confea.

Como a nova legislação conseguirá melhorar a segurança do investimento público sem inibir a participação privada? Mudanças no seguro-garantia não poderiam tornar as contratações mais caras?

O objetivo central do seguro-garantia é proteger a administração pública de riscos e gastos adicionais com obras e serviços contratados. Também a exemplo de países desenvolvidos e com legislações modernas neste segmento, o seguro-garantia que propusemos ficará sob a responsabilidade do concessionário, como prevê a lei norte-americana, por exemplo. De acordo com o atual substitutivo, as obras de grande vulto contarão com seguro de até 30% do valor do contrato e de 5% a 20% no caso de obras de menor valor. O mais relevante é a administração pública ter a garantia de finalização da obra e de entrega do serviço contratado à população.

Como está a tramitação do projeto no Senado? Há espaço para avanços, ainda neste ano?

O PLS nº 559/2013 tramita na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, responsável pelos projetos prioritários ao país – a chamada Agenda Brasil. Na audiência pública do último dia 24 de agosto, o substitutivo que apresentamos ao colegiado foi apoiado por diferentes senadores e logo será votado.

PAÍS PRECISA DE OBRAS MAIS BARATAS E EFICIENTES

PARA O DEPUTADO FEDERAL LUIZ CARLOS BUSATO, A TECNOLOGIA AVANÇOU NUMA "VELOCIDADE ESPANTOSA", MAS A LEGISLAÇÃO NÃO ACOMPANHOU ESSA MUDANÇA

A atual Lei de Licitações, com mais de 20 anos, está defasada e atrapalha o setor público a contratar empresas para realizar obras para o País. Essa é a opinião do deputado federal Luiz Carlos Busato, do PTB do Rio Grande do Sul. Ele defende a modernização da Lei nº 8.666/93, texto que é o principal marco a reger as licitações brasileiras. A meta final, destaca o parlamentar, é oferecer obras mais baratas e eficientes ao país, acompanhando o avanço tecnológico acumulado nos últimos anos.

O senhor considera que a Lei nº 8.666/93, a atual Lei de Licitações, está adequada ao cenário atual do país?

Essa lei foi um grande avanço para sua época, mais de 20 anos atrás. Hoje, porém, ela está desatualizada e precisa de ajustes nas questões que envolvem a transparência e a segurança jurídica. É preciso considerar o avanço que houve nessas duas décadas na área de tecnologia e a necessidade de haver um projeto completo antes da contratação das obras de engenharia, entre outras mudanças indispensáveis. A tecnologia avançou numa velocidade espantosa e a lei não acompanhou. Além disso, os processos licitatórios devem ser mais transparentes e buscar a agilidade, para que as obras no Brasil sejam mais baratas e eficientes.

Até que ponto a atual Lei de Licitações atrapalha a administração pública e gera dúvidas sobre a qualidade do investimento final?

A defasagem pode ser percebida na demora que envolve a conclusão das licitações e nos altos custos das obras de engenharia, visto que não possuem projeto completo desde o início. Há, também, várias situações de obras abandonadas e o baixo comprometimento das empresas contratadas a pagar por este dano à sociedade brasileira, por meio do seguro-garantia. Todos esses são fatores que atrapalham a administração pública. Uma nova lei de licitações tem de desburocratizar as formalidades e aumentar a concorrência.

O senhor avalia que o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) abriu espaço para o país avançar nas discussões sobre a necessidade de modernizar as regras de licitações?

Sim. O Regime Diferenciado de Contratações representa um importante avanço na modernização das regras de licitação. Na prática, no entanto, esse mecanismo acabou sendo vulgarizado. Por quê? Porque deveria ser utilizado somente em casos excepcionalíssimos de contratações de obras de grande porte.

Foto: Divulgação

Deputado Luiz Carlos Busato defende licitações separadas para o projeto básico e para a execução da obra

Temos que trazê-lo para dentro da nova lei de licitações, mas observando sempre esta regra específica.

A modernização das regras de licitações ajudaria o governo a impulsionar investimentos, em relação ao patamar até agora registrado? Ajudaria o Brasil a reaquecer sua economia?
Vejo que nosso país teria, sim, um grande impulso na área de investimento e nossa economia voltaria a crescer se os contratos de grande vulto fossem elaborados com projetos completos, antes das licitações responsáveis pela contratação da execução dos projetos finais. Seriam, portanto, duas licitações. Em primeiro lugar, a licitação do projeto completo e somente depois a licitação da obra. Nessas duas contratações, nós teríamos fatores positivos, que incluem a criação de empregos, a geração de renda e a arrecadação de impostos. Além disso, com tamanha adequação e modernização, seria possível, também, acabar com os casos de superfaturamento, os vários aditamentos contratuais, os cenários de obras inacabadas, entre outros problemas que afetam o setor. Mas, é claro, não podemos esquecer de que temos, também, que desburocratizar os procedimentos licitatórios.

Qual é sua opinião sobre o seguro-garantia e sobre percentuais a serem estabelecidos?
Minha sugestão para o seguro garantia é de que seja de 80% do valor da obra. Se fixar esse percentual poderia ser um entrave na participação de empresas? A meu ver, não. Primeiramente, as empresas ou os consórcios a serem contratados teriam uma responsabilidade real sobre a obra. Além disso, esse sistema permitiria estabelecer uma fiscalização mais rígida, por parte da empresa seguradora, que seria mais um agente a verificar a qualidade da execução dos projetos.

Qual é sua opinião sobre o mecanismo de contratação integrada, previsto no projeto do Senado, que abrangeria obras de grande vulto, do projeto básico ao projeto executivo?
Minha proposta é de que são necessários dois processos licitatórios para garantir boa qualidade nos projetos realizados pelo governo. O primeiro passo seria a licitação para a elaboração do projeto completo e o segundo passo, a licitação para a execução da obra. Dessa forma, sou contra a contratação integrada. A meu ver, para que não haja nenhum tipo de favorecimento, é necessário que o responsável pela elaboração do projeto completo, que é o passo inicial, não possa participar da contratação de execução da obra, mas possa participar da fiscalização.

Setores que têm concorrência acirrada com asiáticos, como o têxtil e de confecção, perderam competitividade

Foto: Miguel Ângelo / CNI

DÓLAR CAI E PREJUDICA EXPORTAÇÕES

MOEDA AMERICANA JÁ PERDEU 22% DO SEU VALOR EM 2016, ELIMINANDO BOA PARTE DO INCENTIVO QUE A APRECIAÇÃO CAMBIAL HAVIA DADO AO SETOR EXPORTADOR

O câmbio começou o ano acenando aos exportadores brasileiros com a esperança de melhores vendas em 2016. Passados oito meses, contudo, o dólar já acumula queda de 22% no ano e tende a cair ainda mais nos próximos meses, segundo prevê o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. O problema maior, dizem os empresários, é a forte oscilação cambial, que impede qualquer planejamento nos contratos de exportação. Em agosto, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, levou a questão ao presidente da República, Michel Temer, dentro de uma agenda de competitividade que precisa ser destravada.

As vendas ao exterior podem impulsionar o reaquecimento da economia brasileira, mas sem a estabilização do câmbio é impossível a retomada das exportações. "As expectativas para a exportação tornaram-se positivas desde o fim do ano passado, quando houve uma reação dos exportadores, de retomada de contratos", conta o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco. Segundo ele, "nos últimos dois meses, o dólar voltou a cair, o que acaba arrefecendo os ânimos". Pior: a queda da moeda norte-americana volta a favorecer a enxurrada de produtos importados no mercado brasileiro, lembra o economista.

Na Associação Brasileira da Indústria Têxtil e da Confecção (Abit), o presidente Rafael Cervone tem exemplos concretos do impacto de variação cambial. "Nosso setor é muito sensível ao câmbio. As oscilações, portanto, são ruins porque prejudicam o nosso planejamento em um cenário já muito competitivo. A concorrência com a Ásia é brutal, especialmente nas fibras artificiais e sintéticas", diz Cervone.

Representante de um setor que exporta o equivalente a um terço de seu faturamento, o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, estima que as exportações serão menores em 2016. Ele defende que a política cambial não seja prerrogativa do Banco Central (BC). "A prioridade do BC é controlar a inflação e, por isso, ele acaba usando o câmbio para esse fim. A política cambial deveria ter o foco no desenvolvimento e ser definida por um conselho de ministros liderados pelo presidente da República", sugere Velloso.

> *"A prioridade do BC é controlar a inflação e, por isso, ele acaba usando o câmbio para esse fim. A política cambial deveria ser definida por um conselho de ministros"*
>
> José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)

Já o presidente da AEB afirma que alguns setores, como o automobilístico, conseguem expandir as exportações ganhando novos mercados, como Colômbia, Peru e México. Os Estados Unidos também tendem a voltar a ser um parceiro mais importante na pauta brasileira. No entanto, a depender do câmbio, a competitividade dos produtos brasileiros continuará limitada. "Em outubro, encerra o período para repatriação de capitais. Além disso, a taxa de juros no Brasil é muito elevada e atrai o capital especulativo. Esses fatores vão continuar pressionando o câmbio para baixo e dificultando as exportações", prevê Castro.

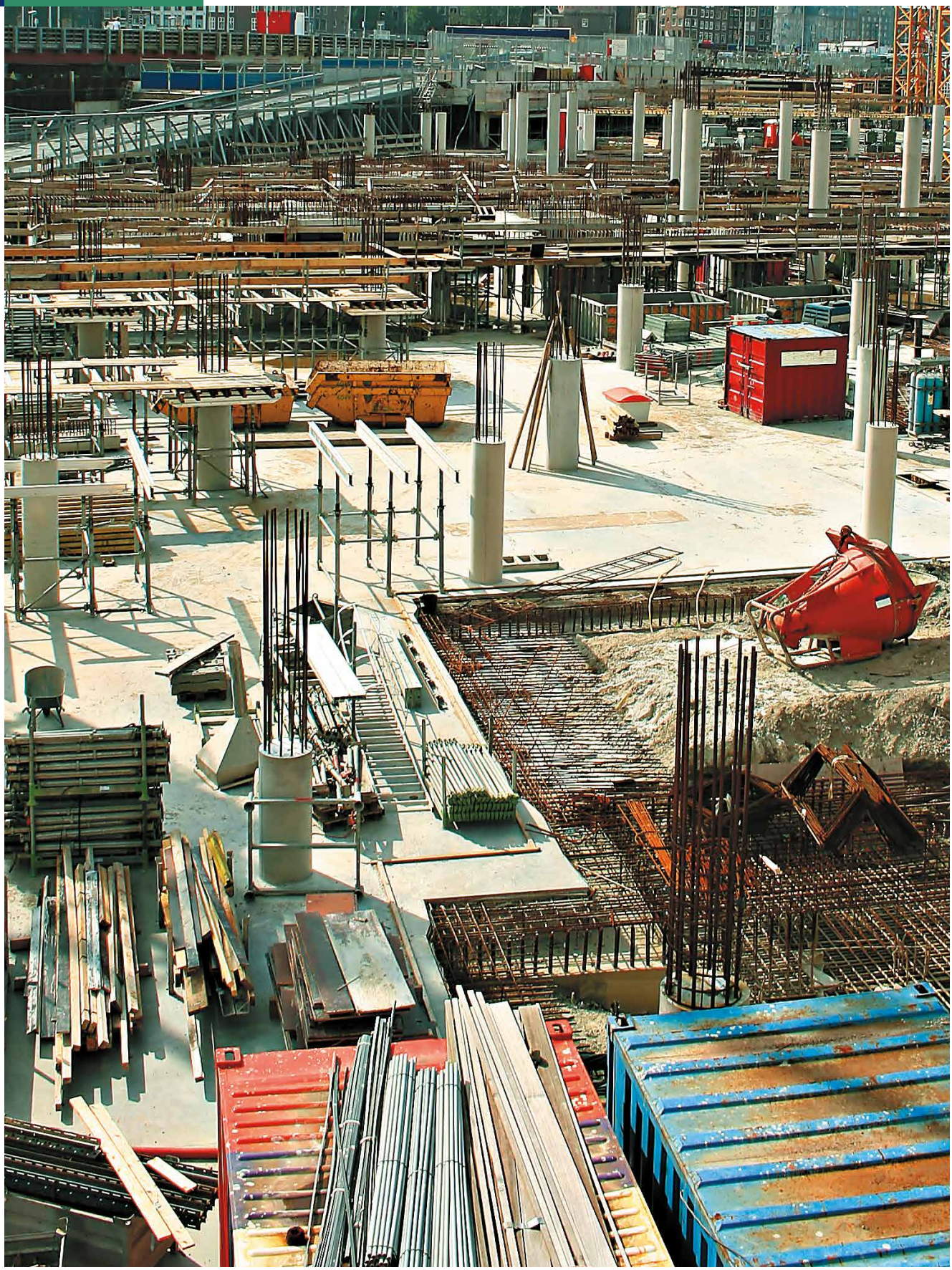


Foto: FreeImages.com / Herman Brinkman

Um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, a construção civil foi duramente atingida pela crise

OS PILARES DA RETOMADA NA CONSTRUÇÃO

PESQUISA DA CNI INDICA OS CINCO OBSTÁCULOS QUE IMPEDEM A RETOMADA DOS INVESTIMENTOS NO SETOR, ONDE O PESSIMISMO AINDA PREVALECE

Na edição de junho da Sondagem da Indústria da Construção, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) conseguiu mapear os cinco obstáculos que impedem, neste momento, a retomada das atividades do setor de construção civil, um dos propulsores do crescimento econômico e da geração de empregos nos últimos anos. Segundo o estudo, a lista de entraves é formada pela demanda interna insuficiente, pela elevada carga tributária, pela taxa de juros elevada, pela inadimplência dos clientes e pela falta de capital de giro.

É grande o desafio para recuperar o setor. Ainda assim, os indicadores de julho demonstram que os industriais estão a postos, apenas aguardando os primeiros sinais da política e da economia para retomar os investimentos.

Os dados da última sondagem realizada pela CNI reforçam a impressão de que o pior talvez já tenha passado. Todos os indicadores de expectativa – nível de atividade, novos empreendimentos e serviços, compra de insumos e matérias-primas, número de empregados – apresentaram alta de um mês para o outro, embora permaneçam ainda abaixo dos 50 pontos, a partir do qual considera-se positivo o desempenho do setor. Ou seja, o pessimismo está diminuindo.

A variação positiva nos dados que medem a produção atual, contudo, ainda é tímida. O indicador do nível de atividade efetivo/usual cresceu 1,6 ponto de junho para julho, mas ainda está em 28,8 pontos, bem abaixo da linha de 50 pontos. Embora tenha passado de 56%, em junho, para 57%, em julho, a Utilização da Capacidade de Operação (UCO) permanece oito pontos percentuais abaixo da média histórica para o mês. O indicador de emprego subiu 1,6 ponto no período, embora continue no nível negativo.

"Os números mostram que a crise no setor está diminuindo. Provavelmente, a recessão na construção civil já chegou ao fundo do poço e, daqui para frente, vai melhorar", afirma o gerente-executivo de

> *"As vendas estão baixas agora porque ninguém compra imóvel quando não sabe se terá emprego daqui a seis meses."*
>
> José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

A melhora, diz ele, será impulsionada pelo estancamento da crise econômica e política. "A carga tributária é um problema de solução mais difícil, mas a falta de demanda interna e a inadimplência se resolvem com a retomada da confiança no país. Já os juros elevados, que afetam o capital de giro, vão cair quando o déficit público for reduzido", analisa. Para Fonseca, o que irá impulsionar a construção civil será o andamento das concessões em infraestrutura.

Na Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o presidente José Carlos Martins também trabalha com o cenário de melhora no setor imobiliário. "As vendas estão baixas agora porque ninguém compra imóvel quando não sabe se terá emprego daqui a seis meses, mas morar é uma necessidade básica do ser humano. A demanda por novas habitações cresce até pelo crescimento vegetativo da população", diz Martins.

Para o dirigente, a crise vai se tornar oportunidade em breve. "Os preços estão bons. Tão logo a confiança na economia seja reestabelecida, as vendas serão retomadas, os estoques de imóveis irão diminuir e haverá novos empreendimentos. Os empresários só estão esperando o sinal do governo. Se houver redução dos gastos públicos e reforma da Previdência, o investimento retornará", aposta o presidente da CBIC.

O QUE PRECISA MUDAR

Demanda interna insuficiente: com 37% das citações, este é o primeiro problema no ranking mapeado pela *Sondagem da Indústria da Construção*, em junho

Elevada carga tributária: aumenta os custos das obras e, consequentemente, o preço dos imóveis

Taxa de juros elevada: encarece os custos dos financiamentos e afugenta os compradores

Inadimplência dos clientes: compromete o planejamento e traz prejuízos ao caixa das empresas

Falta de capital de giro: sem dinheiro em caixa para manter as operações do dia a dia, a empresa fica com as finanças comprometidas

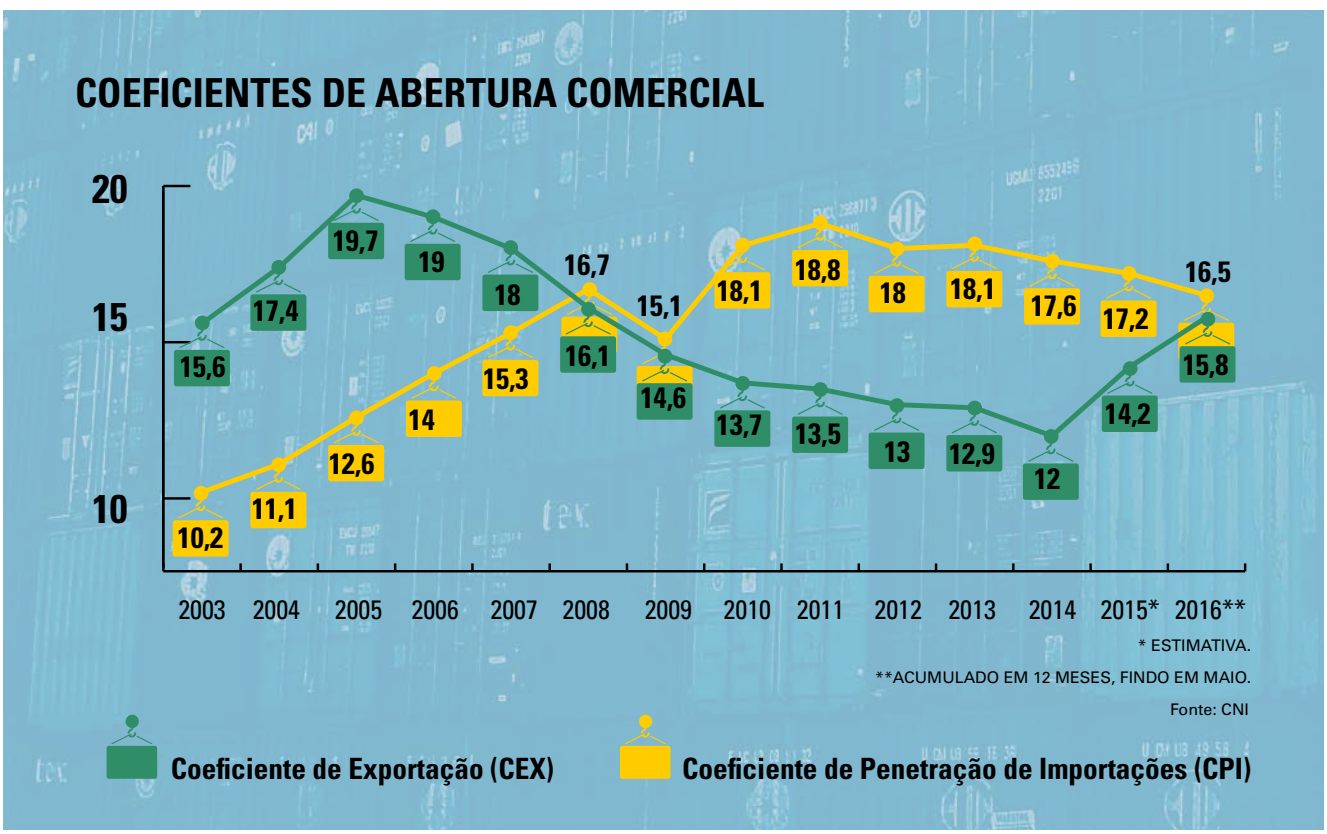
IMPORTAÇÕES RECUAM, EXPORTAÇÕES AVANÇAM

COEFICIENTES DE PENETRAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MOSTRAM RECUPERAÇÃO DA FORÇA EXPORTADORA BRASILEIRA, APESAR DA RECENTE VALORIZAÇÃO CAMBIAL

Boa notícia no front internacional. Num cenário de retração da atividade econômica e de depreciação do real, os coeficientes de abertura comercial mostram que, no primeiro semestre de 2016, as exportações e as importações continuam em recuperação, seguindo tendência iniciada em 2015. Nos 12 meses terminados em maio, o coeficiente de exportação da indústria de transformação chegou a 15,8%. No mesmo período, o coeficiente de penetração de importações recuou para 16,5%, registrando sua terceira queda consecutiva. Nos dois casos, os indicadores levaram em conta os preços constantes.

De janeiro a maio de 2016, a balança comercial brasileira registrou um superávit comercial de US$ 6,4 bilhões, o mais alto para o período desde o início da série histórica, em 1989, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior. Conforme a pesquisa Coeficientes de Abertura Comercial, o coeficiente de exportação da indústria de transformação a preços constantes cresceu de 12,0%, em 2014, para 14,2%, em 2015, após manter-se em queda por nove anos. Entre 2014 e 2016, todos os setores da indústria de transformação apresentaram aumento no coeficiente de exportação.

No caso das importações, a forte depreciação do real em 2015, quando a moeda doméstica teve perda de 28,8% em termos reais frente ao dólar, em um contexto de desaceleração da demanda doméstica, reforçou o movimento de queda da participação de produtos importados no consumo doméstico. As importações caem proporcionalmente mais que a produção, em resposta à taxa de câmbio, evidenciando substituição de produtos importados por produção doméstica.



INDÚSTRIA COMEÇA A RECUPERAR OTIMISMO

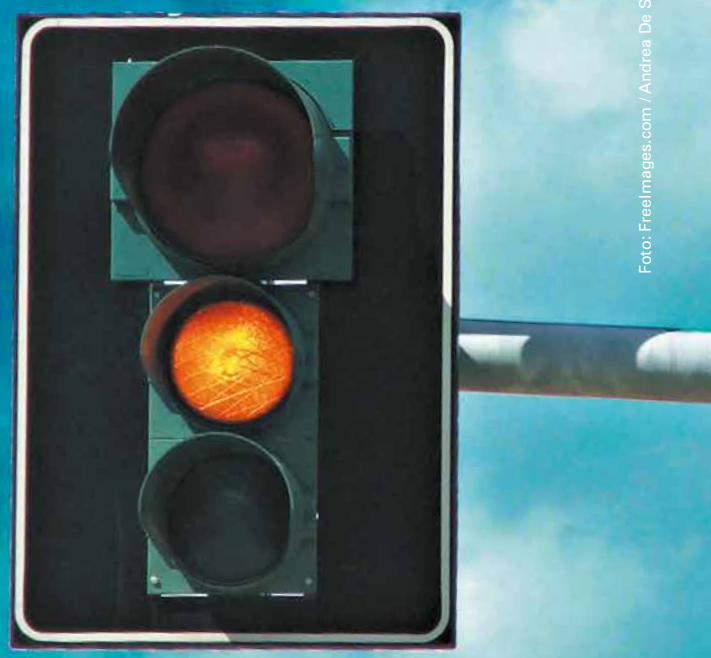


Foto: FreeImages.com / Andrea De Stefani

INDICADORES MOSTRAM QUE EMPRESÁRIOS CONTINUAM PREOCUPADOS COM A SITUAÇÃO ATUAL DA ECONOMIA E DE SEUS NEGÓCIOS, MAS PASSARAM A OLHAR O FUTURO DE MODO POSITIVO

O *Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)* subiu 4,2 pontos e alcançou 51,5 pontos em agosto, mês em que o Senado Federal concluiu o processo de impeachment e empossou Michel Temer como novo presidente da República. Com isso, após 28 meses, o indicador fica acima da linha divisória dos 50 pontos pela primeira vez desde março de 2014, mostrando que os empresários estão mais confiantes na recuperação da economia.

A atual tendência de recuperação da confiança dos empresários acontece desde abril, quando a votação na Câmara dos Deputados resultou no afastamento de Dilma Rousseff. No período, o índice cresceu 14,7 pontos. "À medida que as reformas (propostas pelo governo Temer) forem aprovadas, o processo de recuperação da economia deve se consolidar", avalia o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

De acordo com a pesquisa, a indústria extrativa é a mais otimista. O segmento registrou 53,4 pontos no ICEI de agosto, enquanto a da indústria da construção marcou 51,8 pontos. A indústria de transformação atingiu 49,6 pontos, mostrando que esse segmento ainda não recuperou seu otimismo.

A melhora se deve, especialmente, às expectativas sobre o desempenho das empresas e da economia nos próximos seis meses. Em relação às condições da empresa, o índice voltou a subir pelo quarto mês consecutivo, mas ainda ficou abaixo dos 50 pontos, precisamente em 43,5 pontos.

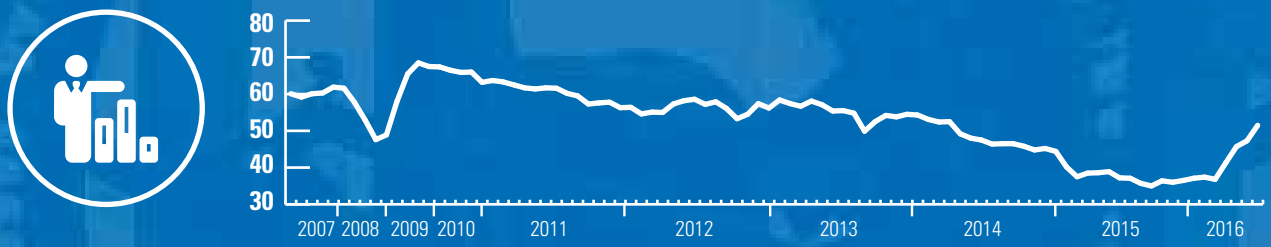
Todos os indicadores de perspectivas estão acima dos 50 pontos, enquanto que os que mostram a percepção sobre a situação atual das empresas e da economia continuam abaixo dos 50 pontos. A pesquisa mostra, ainda, que a confiança é maior nas grandes empresas, segmento em que o ICEI alcançou 53,1 pontos em agosto. Nas médias, foi de 50,7 pontos e, nas pequenas, de 48,9 pontos.

O ICEI é um indicador importante porque antecipa tendências de desempenho da economia. Empresários confiantes tendem a manter ou ampliar projetos de investimento, o que aquece a atividade e estimula o crescimento econômico. Realizada entre os dias 1º e 11 de agosto, a pesquisa ouviu 3.150 empresas de todo o país, das quais 1.236 são de pequeno porte, 1.198 são médias e 716 são de grande porte.

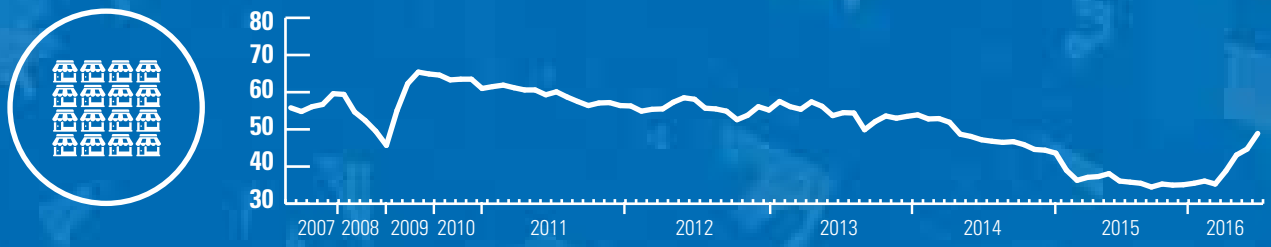
Quando o recorte é feito por regiões, os maiores índices foram encontrados no Norte e no Centro-Oeste. Pela primeira vez, desde janeiro de 2014, os empresários estão confiantes em todas as regiões do país. O menor índice de confiança é no Sudeste, onde ficou exatamente em 50 pontos. Índices abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresariado.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL

ICEI

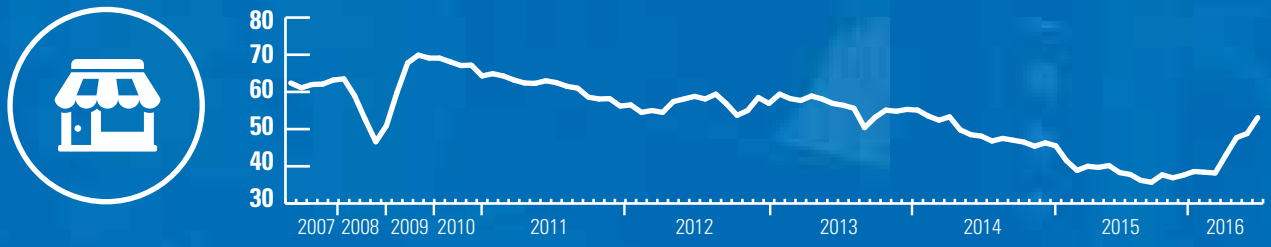


ICEI - Pequenas Empresas



ICEI - Médias Empresas

ICEI - Grandes Empresas



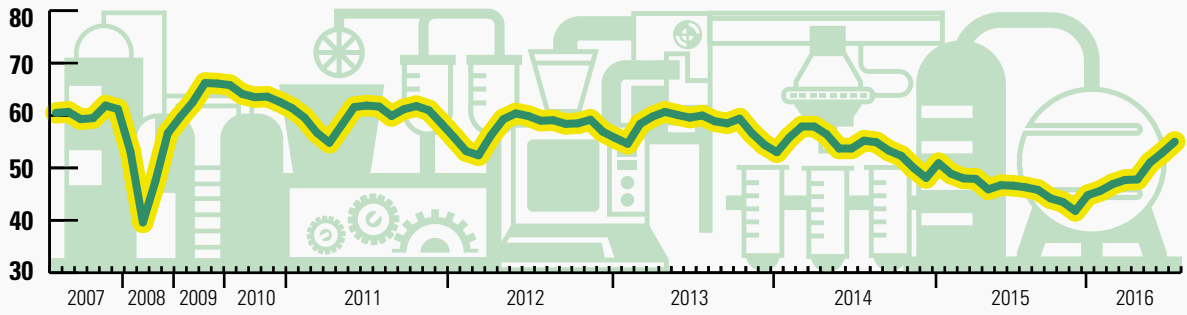
FONTE: CNI

INDICADOR VARIA NO INTERVALO 0 A 100. VALORES ACIMA DE 50 INDICAM EMPRESÁRIOS CONFIANTES.

MELHORAM EXPECTATIVAS PARA DEMANDA INTERNA

As expectativas dos empresários brasileiros para os próximos seis meses continuam melhorando. O índice de expectativa sobre a demanda alcançou 55 pontos em agosto, o maior valor desde agosto de 2014. O indicador de perspectivas para as compras de matérias-primas subiu para 51,9 pontos e o de quantidade exportada também ficou na marca de 51,9 pontos, indicando que a indústria espera a melhora das condições da economia nos próximos seis meses, conforme a pesquisa *Sondagem Industrial*. Seus indicadores variam de zero a cem pontos e, quando estão acima de 50, revelam perspectivas otimistas.

Índice de expectativas da indústria de transformação e extrativa



Fonte: Sondagem Industrial - Indicadores CNI - Ano 19 - Número 7 - Agosto de 2016

ESTOQUES OSCILAM NEGATIVAMENTE

O índice de evolução de estoques ficou em 48,9 pontos, em julho, valor abaixo da linha divisória de 50 pontos, o que representa queda na comparação com junho. O índice de estoque efetivo/planejado registrou pequena oscilação positiva no período, passando de 49,3 para 49,8 pontos. Com isso, os estoques seguem no nível planejado pelas empresas no oitavo mês consecutivo. Os índices variam de 0 a 100 pontos e valores acima de 50 pontos indicam crescimento do nível de estoques e/ou estoque efetivo acima do planejado. A pesquisa ouviu 2.532 empresas entre 1º e 11 de agosto.

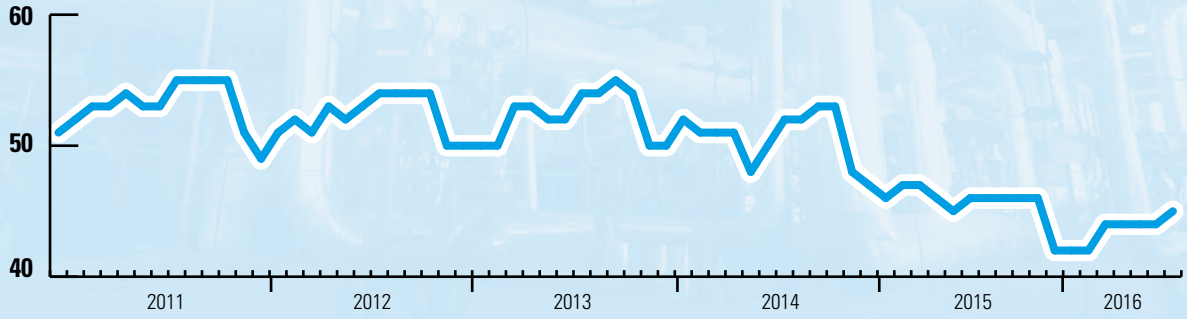
Estoques de produtos finais (efetivo/planejado)

Fonte: Sondagem Industrial - Indicadores CNI - Agosto de 2016

USO DA CAPACIDADE INSTALADA SOBE

O nível de utilização da capacidade instalada aumentou um ponto percentual na comparação com junho e alcançou 65% em julho, de acordo com a pesquisa *Sondagem Industrial*. Com a ociosidade ainda alta, a disposição dos empresários para investir nos próximos seis meses continua baixa e o índice de intenção de investimentos ficou em 42 pontos. Embora seja o maior valor do ano, este índice encontra-se 5,9 pontos abaixo da sua média histórica, que é de 47,9 pontos.

Nível de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação e extrativa

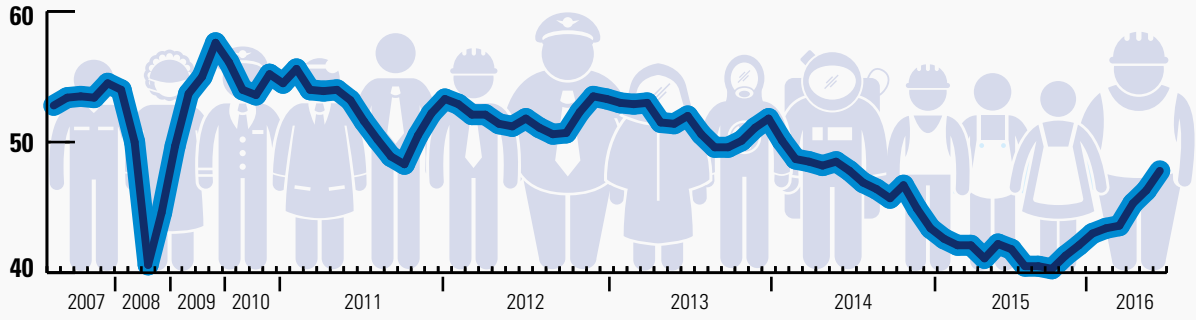


Fonte: Sondagem Industrial - Indicadores CNI - Agosto de 2016

EMPREGO PODE MUDAR TENDÊNCIA DE QUEDA

De acordo com a *Sondagem Industrial*, o índice de expectativas sobre o número de empregados continua abaixo da linha divisória dos 50 pontos. No entanto, o indicador aumentou 1,5 ponto em relação a julho e alcançou 47,8 pontos em agosto. Isso mostra perspectiva de queda no ritmo de redução do número de empregados, diz a pesquisa. A desaceleração no ritmo de queda da produção e do emprego revela que o desempenho da indústria, em julho, continuou fraco. O índice de evolução da produção industrial ficou em 46,6 pontos, acima dos 44 pontos registrados em julho de 2015, mas ainda abaixo dos 50 pontos.

Índice de expectativas sobre o número de empregados



Fonte: Sondagem Industrial - Indicadores CNI - Agosto de 2016

Sessão do Senado que aprovou o impeachment da presidente Dilma Rousseff

FOI DADO O PRIMEIRO PASSO

EMPRESÁRIOS E CONSULTORES AVALIAM QUE O IMPEACHMENT REDUZIU INCERTEZAS, MAS DIZEM QUE É PRECISO FAZER REFORMAS E ESTIMULAR OS INVESTIMENTOS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO

A conclusão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff reduziu a instabilidade política e trouxe expectativas positivas para os agentes econômicos, mas isso não é suficiente para destravar novos investimentos e inaugurar um novo ciclo de expansão. A expectativa de empresários, economistas e consultores, para os dois anos de mandato de Michel Temer, é que sejam aprovadas medidas que possam controlar os gastos públicos e melhorar o ambiente de negócios, reduzindo incertezas.

"Estou mais cético que muitos companheiros", diz Horácio Lafer Piva, do conselho de administração da Kablin. "Vejo, certamente com alívio, o fim deste traumático processo, assim como o que espero ser o encerramento de uma quadra torta de nossa vida político-institucional, mas estamos diante de um cenário fiscal tão complicado, aliado a uma dinâmica econômica fraca e alto desemprego, que vejo dificuldades em retomadas significativas", analisa o empresário. Embora o contexto atual seja melhor, as empresas estão endividadas e procuram reduzir sua alavancagem, segundo ele.

Para sair do círculo vicioso para o virtuoso, avalia Piva, "precisamos mover a roda dos investimentos, que criam empregos, geram consumo e suportam a produção que, por sua vez, demanda mais investimentos". Sua lista ideal de ajustes estruturais inclui as reformas previdenciária e trabalhista, a atração de investimentos via concessões e privatizações, a aprovação de um teto de gastos públicos e mais abertura comercial.

Marco Stefanini, presidente da empresa de tecnologia Stefanini, considera que, sob o ponto de vista econômico, a decisão do Senado reduz a instabilidade, o que é um fator positivo para os empresários e gera expectativas otimistas para os próximos meses. "Mas não podemos ser otimistas ao ponto de acharmos que tudo está resolvido", diz ele. "Estamos invertendo a curva de tendências negativas, porém ainda precisamos de algumas reformas e é importante termos clareza de que não há milagres", ressalta.

Foto: Iara Venanzi

Horácio Lafer Piva (Klabin) considera o cenário fiscal muito complicado

Economista-chefe do Banco Votorantim, Roberto Padovani diz que "a superação da crise política torna o ambiente mais previsível e, com isso, recupera a confiança de empresários e consumidores". Além disso, ele destaca que, da mesma forma, faz sentido imaginar que a reorientação da estratégia de política econômica observada desde 2015, ainda na gestão Dilma Rousseff, tenha continuidade, estabilizando as variáveis financeiras e contribuindo para construir uma dinâmica econômica e política mais favorável. "O fim da interinidade não muda radicalmente o cenário. Contudo, com maior estabilidade política, poderá haver sinais mais claros para o encaminhamento de reformas e para o programa de desestatização e concessões", afirma.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, também destaca a melhora do cenário político como fator positivo para a retomada de investimentos. Ele destaca que, com o fim do processo de impeachment no Senado, "a crise política está acabando" e que "isso gera condições para que as questões econômicas sejam resolvidas", estimulando a confiança na retomada do crescimento do país. "O Brasil oferece muitas oportunidades, tanto no mercado interno quanto nas exportações e nos investimentos em infraestrutura. Dificilmente você encontrará um país com tantas opções. Precisamos dar aos investidores a segurança jurídica necessária para eles investirem e serem remunerados adequadamente por isso", diz Andrade.

> *"Não podemos ser otimistas ao ponto de acharmos que tudo está resolvido. Estamos invertendo a curva de tendências negativas, mas é importante termos clareza de que não há milagres"*
>
> Marco Stefanini, presidente da empresa de tecnologia Stefanini

Um entrave que precisa ser resolvido para a retomada do crescimento é o relativo à reforma da Previdência. Marco Stefanini, por exemplo, embora considere que haja "oportunidades concretas de melhoras na legislação trabalhista", avalia que a reforma previdenciária é a mais importante neste momento. Essa também é a opinião de Solange Srour, economista-chefe da ARX Investimentos. Segundo ela, "o governo precisa correr com isso e apresentar sua proposta o quanto antes, para que seja discutida ainda em 2016 e, no cenário ideal, aprovada no primeiro semestre de 2017". Outro ponto importante, diz, é a aprovação da proposta que limita os gastos públicos.

"O governo Dilma falava uma linguagem que ninguém entendia. O governo

Temer fala português e isso já facilita", compara o economista José Márcio Camargo, da Opus Investimentos. Para ele, "as expectativas são de melhoras lentas", que virão na medida em que a reforma previdenciária avançar. Se tudo correr bem, diz ele, 2017 será um ano de crescimento econômico, ainda que modesto. "Acho difícil atrair capital de longo prazo para o setor produtivo rapidamente, sem reformas estruturais". Para ele, como há uma "enorme capacidade ociosa" e famílias endividadas, fica reduzida a necessidade imediata de novos investimentos em curto prazo.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), brinca que a situação é tão ruim que, para as empresas que exportam, "as coisas têm que piorar para melhorar". Maior confiança no governo e na economia acabam afetando, no curto prazo, a taxa de câmbio e, com a valorização do real em relação ao dólar, o produto manufaturado brasileiro fica menos competitivo no exterior, explica. De acordo com Castro, o que ajudará os exportadores são as reformas estruturais, de longo prazo, que contribuirão para melhorar a produtividade e a competitividade do Brasil. seria igual para homens e mulheres, a modificação das regras das pensões por morte, a desvinculação do reajuste dos benefícios pelo salário mínimo, a convergência dos sistemas previdenciários existentes no país e as formas de acesso e de financiamento à aposentadoria para o trabalhador rural.

Hoje, para se aposentar pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a idade mínima para as mulheres é de 60 anos e, para os homens, é de 65 anos, sendo necessário ao menos 15 anos de contribuição para a Seguridade Social.

No entanto, quem opta por se aposentar por tempo de contribuição deve cumprir o período de 30 anos, no caso das mulheres, e de 35 anos, para os homens. Nessa situação, o trabalhador pode usar a fórmula progressiva dos 85/95 pontos, que soma o tempo de contribuição com a idade do segurado. Com isso, se o trabalhador cumpre o período de contribuição mais cedo, pode se aposentar antes dos 60 anos de idade, como ocorre com a maioria dos trabalhadores, homens ou mulheres.

Foto: Miguel Ângelo/CNI

Robson Braga de Andrade diz que a crise política está acabando

Rogério Nagamine, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), avalia que a reforma da Previdência é necessária primeiro, porque há uma despesa alta com Previdência Social no Brasil. Em 2015, os gastos representaram 12% do Produto Interno Bruto (PIB) e, para 2016, a expectativa é de que atinja os 13% do PIB. "Países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), por exemplo, possuem o dobro de idosos, mas têm despesas bem menores que as nossas", diz o especialista. Em parte desses países, a idade de aposentadoria está sendo alterada e chegará aos 67 anos até 2050.

Em 2015, o déficit da Previdência no Brasil foi de R$ 213 bilhões, resultado de três sistemas cujas despesas superam as receitas. No setor privado, onde vale o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o déficit foi de R$ 86 bilhões. No Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), vigente apenas para servidores públicos e militares da União, a conta ficou em R$ 73 bilhões no vermelho. Já nos regimes previdenciários dos servidores públicos de estados e municípios, o saldo negativo somou R$ 54 bilhões.

Outro grupo de observadores do cenário econômico nacional considera a reforma trabalhista a mais importante. Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Renato Fragelli afirma que "é preciso ter um mínimo de segurança jurídica" e, nesse sentido, lista a reforma trabalhista como fundamental. Já Horácio Piva, da Klabin, diz que "está na hora de enterrar, de fato, a era varguista, o paternalismo e a pretensão de achar que as partes não sabem negociar e precisam, o tempo todo, de proteção". Para Eduardo Velho, economista-chefe da INVX Partners, "se o governo conseguir sinalizar que as mudanças serão realizadas, mesmo que mais à frente, os investimentos serão destravados".

GIRO BRASIL

Foto: pedrosala / Shutterstock.com

PARAÍBA INVESTE EM PARQUES EÓLICOS

O Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) da Paraíba está apoiando a implantação de um complexo composto por três parques eólicos no Estado, com um total de 45 aerogeradores e potência instalada de 94,5 MW. O atendimento à população é feito por meio da Rede SENAI de Meio Ambiente e integra o Programa de Comunicação Social. O objetivo é transmitir as informações relacionadas ao empreendimento para a sociedade e servir como ouvidoria para a comunidade local, onde serão executadas as obras dos parques eólicos.

ESPÍRITO SANTO ESTIMULA GESTÃO MUNICIPAL

O presidente do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santos (FINDES), Marcos Guerra (foto), lançou a Agenda para o Desenvolvimento das Cidades Capixabas 2017-2020. O documento traz sugestões técnicas para os 78 municípios do estado. "É preciso entender que não há mais espaço para amadorismo, populismo, apadrinhamento político e assistencialismo na gestão pública", diz Guerra.

Thiago Guimarães

SENAI EM GOIÁS APOIA A INCLUSÃO SOCIAL NO TRABALHO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Goiás (SENAI-GO) formou, em agosto, 12 alunos da primeira turma do curso de operador de computador para pessoas portadoras de necessidades especiais. O curso é realizado pela Faculdade SENAI de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg), em parceria com o Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), em Goiânia.

Foto: Comunicação SESI / AP

RESGATE A VÍTIMAS É APOSTA DO AMAPÁ NA FINAL DA OBR

Seis alunos do Serviço Social da Indústria do Amapá (SESI-AP) conquistaram o primeiro lugar na etapa estadual da Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR), disputado com estudantes de outras instituições de ensino técnico amapaense. Os seis vão representar o estado na fase nacional da competição, de 9 a 12 de outubro, em Recife. Os robôs programados pelos estudantes tinham como missão resgatar vítimas de um desastre em um ambiente que simulava o mundo real.

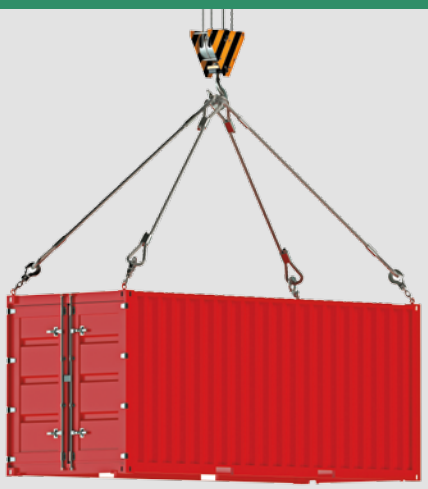


Foto: AlexLMX / Shutterstock.com

FIEPI INCENTIVA PROMOÇÃO DA EXPORTAÇÃO

A Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) realizou, em Teresina, o Seminário Negócios Internacionais para micro, pequenas e médias empresas, que teve como objetivo estimular os pequenos empresários piauienses a promover suas exportações. O evento contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

SUSTENTABILIDADE É PRIORIDADE EM ALAGOAS

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), José Carlos Lyra de Andrade, e a presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis e Marcenaria do Estado de Alagoas (Sindmarc), Jerlane Carneiro, firmaram um convênio que vai fortalecer o setor por meio de ações voltadas para a sustentabilidade, o design e a qualidade de vida dos trabalhadores. A parceria vai possibilitar o direcionamento de quatro ações de empresas inseridas no Arranjo Produtivo Local (APL), voltadas para o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, Saúde e Segurança no Trabalho.

GIRO GLOBAL

CNI PROMOVE EVENTO EM TÓQUIO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e sua congênere japonesa, a Keidanren, realizarão, nos dias 4 e 5 de outubro, em Tóquio, a *XIX edição da Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão*. Entre os temas do encontro estão: as perspectivas econômicas do Brasil e do Japão; comércio e investimento; recursos naturais, energia e meio ambiente; oportunidades de investimentos e ambiente de negócios; infraestrutura; e inovação e tecnologia.

Foto: FreeImages.com / Jeronimo Santos

Foto: Beto Barata/ PR

PARCERIA BRASIL-EUA COMPLETA 40 ANOS

No ano em que o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos faz 40 anos, a CNI e a *U.S. Chamber of Commerce* realizarão a *34ª Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos*. A programação prevê dois painéis: um com o balanço histórico da parceria e outro sobre o futuro dessa cooperação. O encerramento da reunião será feito pelo presidente Michel Temer (foto).

COOPERAÇÃO BRASIL-ALEMANHA NA AGENDA

O XXXIV *Encontro Econômico Brasil-Alemanha 2016 - "Novo rumo para o Brasil: Oportunidades de cooperação bilateral"*, organizado pela CNI e pela federação alemã, a BDI, acontecerá entre os dias 16 e 18 de outubro, na cidade de Weimar (foto), na Alemanha. O evento tem como objetivo fortalecer as relações bilaterais e aprofundar a parceria estratégica. Entre os temas estão o debate sobre políticas econômicas e comerciais, compras governamentais, saúde e política industrial.

ZIKA FAZ CHINA DIFICULTAR VENDAS BRASILEIRAS

A CNI pediu ajuda ao governo federal contra uma medida adotada pelo governo chinês, que tem embargado produtos brasileiros exportados para aquele país. A preocupação dos chineses com o vírus da Zika fez com que o governo asiático editasse uma norma em que todos os contêineres passassem por fumigação. O objetivo era exterminar mosquitos, larvas ou ovos com o vírus. Setores como papel e celulose, químicos, médico-hospitalares, perfumaria e carne e proteína animal têm sido prejudicados com a medida.

CAPACITAÇÃO EM COMPLIANCE LEVA MISSÃO AOS EUA

A Câmara Americana de Comércio (Amcham) promoveu, em setembro, a primeira missão empresarial brasileira de *Compliance* aos Estados Unidos. Entre os dias 10 e 16, 25 empresários brasileiros visitaram importantes empresas em Washington D.C. e Nova York, além de terem uma agenda de capacitação com universidades e instituições que são referência no tema. Os participantes foram, em sua maioria, executivos das áreas financeira, de RH e jurídica.

Foto: FreeImages.com / bob dole

Roberto Jaguaribe

NOVA APEX TERÁ MAIOR INTEGRAÇÃO COM EMBAIXADAS

O EMBAIXADOR ROBERTO JAGUARIBE, PRESIDENTE DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS, ACREDITA QUE O VÍNCULO COM O ITAMARATY DARÁ MAIS EFICIÊNCIA AO ÓRGÃO

Agora integrada ao Ministério das Relações Exteriores, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) deve passar a atuar mais fortemente como um interlocutor dentro do governo, ajudando a levar os pleitos do empresariado e a coordenar, com os diversos órgãos, a realização de iniciativas que ajudem a melhorar a competitividade brasileira. A informação é do embaixador Roberto Jaguaribe, que assumiu a presidência da Apex no final de junho.

Diplomata e engenheiro de sistemas graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Jaguaribe foi embaixador do Brasil em países como China, Mongólia, Reino Unido e Irlanda do Norte. Uma de suas prioridades à frente da agência é melhorar a percepção do agronegócio brasileiro no exterior. "O Brasil tem uma enorme sustentabilidade na sua produção agroindustrial, mas no exterior isso não é percebido, já que há uma distorção muito grande e até desinformação", diz ele.

Com a mudança da Apex-Brasil para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o que muda na atuação da agência a partir de agora?

A vinculação da Apex-Brasil ao MRE traz um grande ganho para a inserção do Brasil no mercado internacional, tanto em relação às exportações quanto à atração de investimentos estrangeiros. A agência e o ministério trabalhavam de forma paralela e as iniciativas, em alguns casos, se sobrepunham. Quando passamos a atuar juntos, ganhamos muito mais força. Acredito que o Itamaraty é o lugar natural e necessário para a agência estar.

Antes de migrar para o Itamaraty, a agência tinha 10 escritórios no exterior. Considerando as representações diplomáticas, essa presença tende a aumentar. Como aproveitar tal integração para melhorar as exportações brasileiras?

Neste momento, a agência continua com os seus 10 escritórios no exterior, mas a integração com a rede de postos das embaixadas brasileiras será muito importante, pois dará ao país mais capilaridade e aumentará exponencialmente a capacidade de encontrar oportunidades de novos negócios para as empresas brasileiras. As relações que o Itamaraty tem lá na ponta, com representantes de governos, formadores de opinião e possíveis investidores, serão muito úteis para a agência e fortalecerão o nosso trabalho.

Ao tomar posse, o senhor falou que a Apex sempre foi procurada porque tem recursos, mas que pretende mudar isso para que a agência

Foto: Vitor Schietti

Jaguaribe lembra que a Apex já apoia 80 setores na indústria, nos serviços e no agronegócio

seja procurada por sua competência e inteligência. Na prática, como isso ocorrerá?
Quando vim para a Apex-Brasil, percebi que a agência já dispõe de um enorme manancial de conhecimento em relação aos setores exportadores e às demandas das empresas, além de áreas técnicas maduras e competentes. Na prática, é a instituição com maior conhecimento da capacidade exportadora do Brasil. Acredito que precisamos ser mais concretos nas metas de negociação, tendo presente o universo real da capacidade produtiva e da exportação, e a integração da agência aos processos de negociação comercial possibilitará isso.

Quais os países prioritários para ampliar as exportações brasileiras?
Trabalhamos com a lista de países prioritários que o governo traça para nós. Mas, se formos dar alguns destaques, um dos mais relevantes, certamente, será a China, pela demanda que ela tem em relação aos produtos brasileiros. A relação do Brasil com os Estados Unidos também é muito importante e a consolidação da relação comercial com o país é um processo que deve continuar. Obviamente, os países da América do Sul são também muito importantes, tanto do ponto de vista comercial quanto de amizade e de desafios conjuntos.

Internamente, quais setores da indústria a Apex pretende estimular por meio da promoção comercial?
A Apex-Brasil apoia, atualmente, 80 setores da economia brasileira, que incluem indústria, serviços e o agronegócio. Nas nossas iniciativas, além da promoção comercial e da inteligência comercial, temos trabalhado cada vez mais para a qualificação das empresas, por meio de iniciativas que as estimulam a ganhar competitividade com a sustentabilidade, a inovação e o design. Contudo, um segmento que eu gostaria de destacar, por sua relevância para as exportações brasileiras e por seu potencial de crescimento, é o do agronegócio. O Brasil tem uma enorme sustentabilidade na sua produção agroindustrial, mas no exterior isso não é percebido, já que há uma distorção muito grande e até desinformação. A imagem de devastação de áreas nativas é falsa e pretendemos questioná-la fortemente.

Já houve alguma iniciativa com esse objetivo de renovar a imagem do país?
Durante os Jogos Olímpicos, o MRE e a Apex-Brasil lançaram a campanha *Be Brasil*, uma nova narrativa sobre o Brasil no exterior, que buscará um melhor posicionamento do país no ambiente de negócios, ao destacar atributos presentes nos produtos e serviços nacionais, como sustentabilidade, qualidade, inovação e criatividade.

ENSINO COM PADRÃO ALEMÃO

SENAI PREPARA PROJETO PILOTO PARA IMPLANTAR ENSINO DUAL NO BRASIL, EM QUE ALUNOS TÊM EXPERIÊNCIA APLICADA NA FÁBRICA

Foto: Nataliya Hora / Shutterstock.com

Projeto piloto será realizado nas fábricas da Bosch, da Stihl e da Volkswagen

Imagine trabalhar em uma empresa alemã, no Brasil, aprender as técnicas relativas àquele segmento industrial, tendo como mestres os melhores tutores do mercado, e ainda receber por isso. Para alguns alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), essa realidade já existe. Em vez de ficarem dois anos como aprendizes em empresas como a Bosch, em Campinas (SP), a Stihl, em São Leopoldo (RS), e a Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP), os alunos do SENAI poderão estender, por mais um ano, sua estada na empresa. É o que se conhece como sistema dual alemão de ensino técnico – um modelo que surgiu há 400 anos e que tem sido demandado pelas empresas germânicas situadas no Brasil.

O SENAI já trabalha com esse sistema há cerca de 40 anos, mas resolveu ampliar a carga horária dos alunos, de dois para três anos. O projeto piloto vai acontecer, em 2017, na Bosch e na Stihl, com alunos do ensino técnico em Mecatrônica. Além da ampliação da carga horária, os aprendizes passarão por provas prática e teórica para conseguir, também, a certificação da Câmara de Comércio e Indústria Alemã (IHK). Assim, estarão aptos a atuar em empresa alemã instalada em qualquer país do mundo.

Na Alemanha, o chamado ensino dual possibilita que um centro de treinamento fique instalado na empresa, como parte do processo de aprendizagem. O gerente executivo de educação profissional e tecnológica do SENAI, Felipe Morgado, conta que a ideia é ampliar a possibilidade de esses jovens passarem mais tempo em contato com a empresa, assim como é feito na Alemanha. A expectativa é que o aluno conclua o ensino técnico no SENAI ainda mais preparado para atuar no mercado de trabalho.

"A parceria com essas empresas alemãs é importante, na medida em que o SENAI aplica a teoria e a prática de acordo com o que será efetivamente realizado na empresa. O aprendiz fica apto a permanecer nela, se for seu objetivo, para ingressar em qualquer outra instituição, ou ainda, para trabalhar nas filiais dessas corporações em qualquer lugar do mundo", avalia Morgado.

Entre o segundo e o terceiro ano de curso, o aluno é submetido ao exame aplicado pelo SENAI para a obtenção do primeiro diploma. Ao final do terceiro ano, o teste é para conseguir a certificação alemã. Para ele, as grandes vantagens de se aplicar o sistema dual alemão estão na possibilidade da dupla certificação, em conhecer mais de perto a realidade da empresa e em ter maior proximidade com o mundo do trabalho.

RUMO À ARÁBIA

SENAI DEFINE ESTUDANTES QUE SERÃO TREINADOS NOS PRÓXIMOS MESES PARA REPRESENTAR O BRASIL NA *WORLDSKILLS* DE ABU DHABI

Foto: Zhukov Oleg / Shutterstock.com

O Brasil já está preparado para disputar a medalha de ouro em educação profissional. Quarenta e seis estudantes do ensino técnico e de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foram selecionados, em 43 ocupações da indústria, para representar o país na maior competição mundial de educação profissional, a *WorldSkills*. A 43ª edição acontecerá em outubro de 2017, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes.

Ao todo, 407 estudantes participaram das seletivas em todo o país. Eles foram desafiados a simular situações reais do dia a dia, dentro dos padrões internacionais de qualidade, demonstrando habilidades técnicas individuais e coletivas em profissões da indústria e do setor de serviços.

Agora, os 46 escolhidos serão treinados, durante um ano, para atingir o nível de excelência exigido para a prova internacional. A capacitação começa em outubro e contará com as etapas física, psicológica e técnica. Somente quem atingir altos índices fará parte da delegação brasileira. Os estudantes vão passar por ciclos de treinamento de 21 dias, com intervalos de uma semana, nos centros de referência do SENAI.

Em março e em agosto de 2017, eles serão submetidos a duas provas, para testar o nível de cada um. Segundo o diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi, o jovem que faz educação profissional no Brasil já é um vencedor. "Só 11% dos jovens fazem educação profissional junto com a educação regular. Em países desenvolvidos ou nos emergentes mais bem sucedidos, esse percentual é de mais de 50%", informa.

Os estudantes profissionais no Brasil também contam com a Olimpíada do Conhecimento, uma disputa de educação profissional que ocorre, a cada dois anos, nos moldes da *WorldSkills*. Este ano, o torneio acontecerá em Brasília, de 10 a 13 de novembro. Cerca de 500 estudantes terão de usar suas habilidades para desenvolver soluções para empresas e comunidade. Os projetos têm de considerar conceitos de mobilidade urbana, economia criativa e sustentabilidade.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI
A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SENAI
O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

SESI
O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

IEL
O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI
https://www.facebook.com/cnibrasil
https://www.flickr.com/photos/cniweb
https://instagram.com/cnibr/
https://twitter.com/cni_br
https://www.linkedin.com/company/cni-brasil

SENAI
https://www.facebook.com/senainacional
https://www.instagram.com/senai_nacional/
https://twitter.com/senainacional
https://www.youtube.com/user/senaibr

SESI
https://www.facebook.com/SESINacional
https://www.youtube.com/user/sesi
https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional

IEL
https://www.facebook.com/IELbr
https://www.instagram.com/ielbr/
https://twitter.com/iel_br
https://www.linkedin.com/company/iel-nacional

CNI SESI SENAI IEL
Sistema Indústria

Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNI
SESI
SENAI
IEL

CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA